



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

Local: Vídeo Conferência - <http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/dan-frw-x9j>.

Data: 17.12.2020

Horário: 8h30m

1 Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, realizou-se Reunião Ordinária do
2 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) remotamente devido
3 a pandemia do COVID19 por meio do link <http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/dan-frw-x9j>.
4 **Apresentaram Justificativas de ausência: Juliana, que apresentou atestado; Elói, também**
5 **apresentou atestado; Lilian, que está de férias e na ocasião está sendo substituída por sua**
6 **suplente Laura; e Viviane. A Guarda Municipal encaminhou justificativa de falta do Odilon e**
7 **do Rafael, sendo que aos suplentes não pode ser atribuída justificativa de falta; Cristian que**
8 **se encontra de férias e está sendo substituído pela Miriam, e; Paulo Aguiar que também se**
9 **encontra em gozo de férias.** A reunião se inicia as 08:46. A Presidente Magali dá as boas-
10 vindas a todos(as). **Proposta de pauta: 1. Aprovação da Paula; 2. Núcleo Regional de**
11 **Educação, com a Maria Elizabete – para discussão de alguns pontos sobre a EJA, Aulas on-**
12 **line, Escola Cívico Militar; 3. Recomposição da coordenação e formalização das comissões**
13 **do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção Social das Crianças e dos**
14 **Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; 4. Manifestação ao Projeto de Lei**
15 **141/2020, Projeto de Lei que trata de proteção às Crianças vítimas e testemunhas de**
16 **violência; 5. Relato das Comissões; 6. Informes Finais. 1. Aprovação da Pauta:** foi pedido pela
17 Conselheira Zoraide para que a pauta fosse invertida possibilitando fazer o Relato da Comissão
18 logo após o item 2, tendo em vista que ela precisará sair mais cedo desta reunião. Com a
19 aprovação da plenária inverteu-se o ponto 5 com o ponto 3. Dando sequência a reunião: **2.**
20 **Núcleo Regional de Educação.** Após as boas vindas da presidente Magali, Maria Elizabete
21 agradeceu pela oportunidade de participar da reunião, e disse que estava representando a
22 professora Jéssica, chefe do Núcleo Regional de Educação. Citou os temas que serão
23 abordados: a) Escolas Cívico Militares; b) Calendário de Aulas para 2021, c) Educação de
24 Jovens e Adultos. Sobre as Escolas Cívico Militares informou que este é um projeto da
25 mantenedora do Núcleo, a SEED, que ganhou força neste ano por meio da Resolução
26 4.186/2020, publicada no Diário Oficial no dia 23/10/2020, que regulamenta as atividades da
27 escola cívico militar na rede de ensino no Estado do Paraná. Disse que atualmente temos 17
28 escolas que iniciarão no regime cívico militar em 2021. Informou que foi realizado um
29 processo de consulta comunidade e que participaram desta votação os pais, os alunos maiores
30 de 18 anos, professores e outros funcionários destas escolas. Para que essas escolas se
31 tornassem cívico militares seria preciso, no âmbito da votação, o quórum de 50 votos mais 1.
32 Todos os 17 colégios conseguiram este número de votos para que se tornassem cívico
33 militares. Em Londrina os colégios que seguiram este modelo são: Colégio Adélio Dionísio
34 Barbosa, Fernando de Barros, José Maria Escrivá, Maria Helena da Paz, Tsuru Oguido, Vani
35 Ruiz e o Colégio do Vista Bela. Há também colégios como estes em outras cidades, tais como:
36 Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Rolândia e Sertanópolis. Esses colégios foram
37 escolhidos, pois, a priori, teriam um baixo índice no IDEB, que a nota no Paraná e uma nota
38 não muito alta no SAEB, além de serem colégios que apresentam muitas outras
39 vulnerabilidades. Maria Elizabete pontuou que, há duas semanas, houve início do
40 credenciamento para o cargo de Diretor Geral dos colégios cívico-militares, e que este poderia



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

41 ser algum professor ou agente educacional da Secretária Geral de Educação. Disse que foi
42 solicitado que este novo diretor tivesse o curso de gestão. O diretor geral da escola será um
43 servidor público, vinculado a Secretária Estadual de Educação e o Diretor Militar será indicado
44 pela Secretária de Segurança Pública, disse que possivelmente este cargo será preenchido por
45 um servidor inativo, e que este seria muito mais como um diretor financeiro dessas
46 instituições. Informou que outros militares poderão estar trabalhando como monitores, sendo
47 que pode ter até quatro monitores. de acordo com o número de alunos do colégio. Na grade
48 de aulas desse modelo de escola os alunos contarão com uma aula a mais de Português e
49 Matemática e também aula de Cidadania. A ideia é que estes alunos estejam mais bem
50 preparados para enfrentar o vestibular. Os alunos terão uniforme, que serão doados a estes
51 adolescentes, sendo que os pais não terão despesas com os uniformes. Elizabeth diz que
52 trabalhou no processo da escola de Rolândia e ressalta que houve uma procura imensa por
53 pais de outros colégios que queriam votar, pois gostariam que seus filhos também estudassem
54 neste modelo de escola. Este modelo de escola visa uma oferta de educação básica de
55 qualidade aos estudantes do ensino público estadual, com atendimento preferencial às
56 instituições de maior vulnerabilidade, promoção dos direitos humanos e cívicos, respeito à
57 liberdade, o apreço e a tolerância como garantia do exercício da cidadania e do compromisso
58 da superação das desigualdades sociais. Segundo Elizabeth, é um modelo que está vindo para
59 alavancar a nossa educação, sendo visto com bons olhos, principalmente pelos pais e
60 professores, que trabalharam muito para que o projeto fosse possível. A presidente Magali,
61 bem como outros participantes do conselho, indagaram alguns pontos apresentados: Magali
62 pontuou que foi dito que este modelo irá alavancar o ensino com uma aula a mais, e
63 questionou a necessidade de ser uma escola cívico militar para alavancar o ensino. Magali
64 também questionou a presença dos militares dentro da escola, e perguntou se esses militares
65 terão formação pedagógica para estarem dentro da escola? Indagou ainda sobre a formação
66 dos diretores militares, se os alunos vão precisar bater continência para os professores e se o
67 uniforme será igual ao da polícia? A Danielle aproveitou a oportunidade para também, ler os
68 questionamentos que estão no chat: A Jerusa pergunta qual profissional que irá ministrar
69 aulas de civismo (cidadania)? E a Carolina reiterou a pergunta da Magali sobre qual seria a
70 formação dos policiais, se estes teriam formação pedagógica ou alguma formação específica
71 para trabalhar com crianças e adolescentes? E ainda, a Magali, ressaltou que as pesquisas à
72 comunidade foram feitas muito às pressas. Em resposta aos questionamentos, Elizabeth diz
73 que o diretor geral será um diretor da Secretaria de Educação, escolhido por um processo que
74 já foi efetivado através do edital 46/2020. Disse que houve todo um processo de
75 credenciamento no qual esse diretor teve que gravar um vídeo e falar das suas propostas para
76 esse novo modelo de escola, apresentar seu plano de governo para essa escola e, ainda, ser
77 entrevistado por uma comissão. Sobre a continência, disse que isso não ocorrerá, pois as
78 escolas irão funcionar normalmente. Maria Elizabeth acrescentou que o diretor militar que
79 estará na escola será mais direcionado para a parte financeira da escola, não irá se envolver
80 na parte pedagógica e disse inclusive que quem irá escolher o vice-diretor será o diretor geral.
81 Todas as escolas terão um Diretor Geral que é o que passou pelo credenciamento e todas as
82 fases da seleção da Secretaria de Educação. Sobre o uniforme. Disse ser importante para a
83 identificação. Afirmou que nas escolas sempre foi cobrado para que os alunos usem pelo
84 menos a camiseta do uniforme para que possam ser identificados. Maria Elizabeth ressalta



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

85 que houve um feedback muito positivo sobre a escola, pois os pais estão se sentindo muito
86 mais seguros neste modelo cívico-militar. Sobre as disciplinas, serão ministradas pelo quadro
87 próprio do funcionalismo. Sobre os professores, disse serem do quadro da Secretária de
88 Educação, disse que poderia até ser um professor PSS, mas que todos passarão pelo processo
89 de credenciamento da Secretária da Educação. Sobre os monitores, seriam para ajudar a
90 direção da escola, não no sentido de estar intimando os alunos, mas no sentido de estar
91 protegendo os alunos. Algumas outras perguntas surgiram pelo chat, a leitura foi feita pela
92 Danielle: Por que a escola tem que ser cívico-militar para ter segurança? O que garante que
93 os alunos não serão cerceados em sua liberdade de ensino? Que interferência esses policiais
94 terão nos conteúdos militares? Qual o preparo dos policiais para servirem junto a escola?
95 Onde estarão estes monitores? Por que tais colégios, visto que temos muitos outros colégios
96 que também tem muita vulnerabilidade e tráfico de drogas? Houve também, pelo chat,
97 parabenização pelo projeto por parte do conselheiro Alexandre Venâncio. Maria Elizabete
98 retomou a palavra e agradeceu a parabenização, dizendo que torcem para que o projeto seja
99 um sucesso. Ela concorda com a indagação de que realmente teve pouco tempo na
100 divulgação, mas disse que dentro do tempo de que a Secretaria de Educação dispunha,
101 percebeu uma aceitação muito grande. Disse que os pais foram avisados pelas redes sociais,
102 e que os colégios fizeram um trabalho muito bom para avisar os pais para que pudessem votar,
103 pois eles precisavam se quórum. Houve escolas de outros núcleos que não conseguiram esse
104 quórum. Elizabete pontua que essa questão de ser cívico militar não influenciará nos
105 conteúdos, pois as escolas seguem as diretrizes curriculares nacionais e que isto continuará
106 sendo seguido da mesma forma. Sobre os policiais. Disse que vão ficar onde o diretor disser.
107 Sobre a questão do porquê outros colégios não foram contemplados com o novo modelo,
108 respondeu que acredita que já escolheram os de maior vulnerabilidade. Sobre o fato do novo
109 modelo ser cívico-militar, disse que esta é uma proposta do governo e que desde o ano
110 passado isto está sendo implementado. A presidente Magali segue dizendo para passar para
111 o próximo assunto, dentro da mesma pauta, para que, em outro momento, possam voltar a
112 conversar, uma vez que a reunião precisa dar seguimento. Assim, Daniele encerrou o assunto
113 das escolas cívicos militares lendo os últimos comentários. A Thais pediu a palavra em áudio
114 e perguntou: como será trabalhada a inclusão nesse modelo de escola? Como ficará o ensino
115 noturno e o que foi pensado principalmente nos adolescentes que trabalham e estudam à
116 noite? Próximo assunto é Educação de Jovens e Adultos, que está sendo reestruturada. Antes
117 o aluno podia fazer uma disciplina por vez, porém este aluno demorava muito para terminar
118 o ensino médio e o ensino fundamental. Agora, o aluno vai fazer as disciplinas por bloco. Serão
119 quatro disciplinas por bloco, pois assim ele vai conseguir eliminar as matérias muito mais
120 rápido. Maria Elizabete disse que, nas escolas cívicos militares que tinham EJA, foi feita uma
121 modificação e o EJA foi direcionado para outras escolas, mas que o EJA não acabou. Os alunos
122 foram remanejados. Agora as matrículas estão sendo feitas online, essa é a principal mudança.
123 Encerrada a fala da Maria Elizabete, Magali perguntou se o ensino será presencial ou online.
124 Em resposta, Maria Elizabete disse que este ano estão havendo aulas remotas, assim como
125 nas escolas regulares. No ano que vem, dependendo de como for a situação da pandemia,
126 está se pensando também na modalidade EAD para o EJA. Sem mais perguntas sobre o EJA,
127 foi passado para o próximo item. Volta às aulas para 2021: Iniciou-se com a Maria Elizabete
128 dizendo que eles trabalham em consonância com a Secretaria de Estado de Educação e a



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

129 Secretaria de Saúde e que para o ano que vem estão sendo feita as matriculas regularmente,
130 sendo que as escolas estão indo atrás dos alunos para que eles efetivem sua matricula. Então
131 todos os procedimentos necessários estão sendo feitos. A escolas recebem uma verba que
132 vem do estado para os equipamentos de segurança e tem uma comissão do núcleo para a
133 fiscalização, para ver esse dinheiro está tendo a destinação correta. Este ano alguns núcleos
134 estavam tentando inserir as atividades extracurriculares, mas tiveram que recuar em razão da
135 pandemia. Em reunião o governador disse que dia 18 de fevereiro do ano que vem as aulas
136 voltariam de forma hibrida e que seguidos todos os protocolos para o lanche e para manter o
137 distanciamento. Neste ano as escolas se mantiveram abertas e atenderam os alunos que não
138 tiveram condições de assistir as aulas online. Encerrada a fala da Maria Elizabete, a Presidente
139 Magali ressaltou a importância de se ter uma nova reunião para discutir o assunto, pois ainda
140 há muitos questionamentos. Disse que precisamos saber o que está acontecendo para então
141 podermos ver o que o CMDCA poderá fazer. Paulo Sérgio pediu a palavra e disse que na visão
142 dele parece que a situação das escolas cívico militares já está definida, disse que os
143 conselheiros lutam a favor dos direitos das crianças e adolescente e que este projeto parece
144 mais uma imposição e não algo democrático. Disse que, como forma de protesto, se houver
145 outra reunião para discutir a temática ele não participará. Ficou acordado que será feita outra
146 reunião apenas para discutir essa temática e, quem sabem encaminhar algum documento do
147 CMDCA. Seguiu-se para votação da plenária, foram 13 votos favoráveis e 5 votos contrários a
148 retomar essa pauta em uma nova reunião. Maria Elizabete finalizou dizendo que acha muito
149 boa a ideia de ter uma nova reunião, bem como se coloca à disposição, pedindo apenas que
150 espere o ano letivo se iniciar para que ela possa vir com mais informações até mesmo da parte
151 pedagógica e de como as coisas estão sendo feitas dentro das escolas militares. Em razão da
152 inversão de pauta, votada no início da reunião, o próximo ponto será o Relato das Comissões.
153 **2. Relato das Comissões: Comissão de Instrução (tempo do vídeo 76min22seg).** Relata
154 Zoraide que a comissão se reuniu no dia 09/12 no Colégio Marista e iniciou a análise dos
155 processos. Sobre os processos 0045, 048, 057, todos de 2020, a comissão de instrução decidiu
156 encaminhar para a mesa diretora para arquivamento, tendo em vista que os conselheiros
157 denunciados não exercem mais a função e os fatos denunciados não configuram crime. O
158 processo 0046/2019 será encaminhado para a mesa diretora para avaliação do possível
159 encaminhamento ao ministério público. O processo 0045/2019 será encaminhado para a
160 mesa diretora para arquivamento, pois em análise ao conteúdo, não foi respondido ofício,
161 porém, os envolvidos tiveram atendimento e suporte da rede. Os processos 012 e 044, ambos
162 de 2019, e os processos 049/2020, 051/2020, 053/2020 e 058/2020, a comissão decidiu
163 encaminhar para arquivamento, tendo em vista que os conselheiros denunciados não
164 exercem mais a função e que os fatos denunciados não configuram crime. Quanto aos
165 processos 07/2019, 017/2019 026/2019, 027/2019 e 047/2019, a comissão decidiu
166 encaminhar para o arquivamento, tendo em vista que os conselheiros não estão mais na
167 função e que os fatos não configuram crime. Sobre os processos 018/2019, 019/2019
168 044/2019 e 043/2019, decidiram encaminhar para a mesa diretora para avaliação e
169 encaminhamento ao ministério público. A comissão se reuniu também dia 16 de dezembro, e
170 analisou o processo 037/2019, sendo que a comissão decidiu encaminhar para mesa diretora,
171 tendo em vista que a conselheira denunciada não exerce mais a função. Sobre os processos
172 013, 021, 024, 033, 034, 035, 036, 038, 039, 040, 042, todos de 2019, a comissão decidiu



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

173 encaminhar para arquivamento, tendo em vista que a conselheira denunciada não está mais
174 na função e que os fatos não configuram crime. Sobre os processos 012/2019, a 019/2019,
175 043/2019 e 044/2019 foi feito um breve relatório dos processos e encaminhamento para
176 ministério público dado a gravidade das denúncias. Disseram que a atual comissão foi
177 formada há um mês e que havia muitos processos antigos não finalizados. Foi dado uma breve
178 explicação pela Daniele sobre como funciona a atuação da Comissão e seguiu para votação da
179 plenária. Foi levantado um questionamento pelo Sr. José Wilson que indagou ser estranho
180 votar para deliberação apenas com os números dos processos e dizendo, apenas, o
181 encaminhamento. Ressalta ainda que, ao seu ver, deveria haver um relatório, mesmo que
182 sucinto, falando sobre o caso e sem citar nomes, para que a plenária saiba no que está
183 votando. Após a fala do Sr. José Wilson, Daniele fez considerações a respeito dos casos e sobre
184 um caso específico, pois o processo que será encaminhado para ministério público é de uma
185 conselheira que está na suplência e pode retornar conselho a qualquer momento. Com isso,
186 a Zoraide irá fazer a leitura do relatório que foi apresentado a mesa diretora com o relato de
187 das infrações de cada processo, sem falar o nome. Os processos que serão encaminhados ao
188 Ministério Públicos, são quatro e todos referentes a uma mesma pessoa, quais sejam:
189 018/2019 fato conduta irregular e prática de assédio moral, 019/2019 fato problemas no
190 ambiente de trabalho junto ao colegiado Norte A, 044/2019 fato induzir e coagir a menor a
191 omitir informações na ocorrência, bem como a conselheira dispensou a guarda durante a
192 ocorrência, colocando todos os envolvidos em risco, 043/2019 fato conduta imprudente e
193 escandalosa no trato com a guarda municipal em uma ocorrência que colocou em risco a
194 guarda e própria conselheira. Com palavra da Magali seguiu-se para votação da plenária
195 somente a respeito destes últimos processos, para serem encaminhados para o ministério
196 público. Magali ressaltou ainda que será marcado uma reunião extraordinária para dar
197 andamento nos demais processos. Decidiu a plenária pelo encaminhamento ao ministério
198 público com 15 votos favoráveis e 4 abstenções. **Comissão de Fundo:** Foi feita reunião nas
199 duas últimas semanas e foi falado sobre a necessidade de informações relação as despesas,
200 destacando-se a necessidade da comissão de fundo compreender quais despesas podem ser
201 executadas com recursos públicos ou não ou não. Deixa registrado que a comissão gostaria
202 de fazer uma reunião com o setor responsável da Secretaria de Assistência Social para deixar
203 uma normativa sobre o que pode ser gasto, visto que a lei está em vigor desde 2014 e ainda
204 não há um parâmetro neste sentido. Outro assunto que foi discutido na reunião da comissão
205 de fundo foi o Plano de Aplicação, em relação ao que foi executado e o que será feito no
206 próximo ano. Fabio disse que neste ano conseguiu-se pensar na ação 2.2.2 que é a qualificação
207 e melhoria das estruturas de equipamentos e serviços com relação ao atendimento a criança
208 e ao adolescente, no valor de R\$ 500.000,00, que foi aprovado no CMCDCA em 27/08 e feita
209 resolução. A ação 3.2.1 que é sobre o fortalecimento da rede de acolhimento da criança e
210 adolescente, é uma ação para o aprimoramento e qualificação dos serviços, no valor de R\$
211 190.000,00, também foi aprovada no dia 27/08 e feita a resolução. Tem a ação 3.3.1 que é de
212 convívio familiar e comunitário de crianças e adolescentes, que é uma ação para estruturação
213 de equipamentos e apoio a oferta e a organização de ações projetos, programas e serviços,
214 no valor de R\$ 500.000,00, sobre esta última ação já saiu a resolução, que é a 004/2020, sendo
215 que, dos 16 projetos que tinham, foram aceitos 11 e sobrou um recurso referente aos cinco
216 projetos que não foram enquadrados. Tem também a ação 4.2.1 que é a ampliação do acesso



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

217 de crianças e adolescentes com deficiência ao ambiente escolar e atividades culturais e
218 esportivas, esta ação se refere a tecnologias assistidas, no valor de R\$ 100.000,00, foi
219 aprovado no dia 24/09/2020 e está aguardando resolução. A Daniele perguntou se a reunião
220 que foi mencionado no relato é para ser marcado pelo CMCD, em resposta foi dito que não,
221 que, em fevereiro quando a Comissão retomar as atividades, ela fará contato. **Comissão de**
222 **Cadastro:** A comissão se reuniu no dia 15 deste mês e foi analisado vários cadastros, uns 12
223 mais ou menos. Foi feito contato com várias instituições para que fossem encaminhadas as
224 documentações faltantes. A comissão tem caminhado bem, porém, por hora, só houve o
225 deferimento do cadastro de duas instituições que são: a. CEI Nova Vida, na modalidade de
226 educação infantil; b. CEI Matilde Vincentini, modalidade de educação infantil. Ambas são
227 atualizações de cadastro. Algumas instituições encaminharam a documentação depois que a
228 comissão se reuniu, então, assim que virar o ano a comissão irá se reunir para analisar os
229 novos cadastros. Após o relato da Comissão de Cadastro, Daniele tomou a palavra para
230 deliberação em plenária sobre a duas instituições que teve o pedido deferido, foram 16 votos
231 favoráveis. Sem relatos de outras comissões, passou-se para a próxima pauta. **4.**
232 **Recomposição da Coordenação e Formalização do Comitê:** Magali iniciou a pauta
233 perguntando se foi a Resolução nº46 que instituiu o comitê? Em resposta José Wilson disse
234 que a Resolução nº 46 instituiu o comitê e a Resolução nº47 trata da coordenação deste
235 comitê. Disse que, em 2019, quando essa gestão foi criada, era formada por 3 pessoas. Agora
236 está sendo feita a alteração com relação a gestão. Magali questiona sobre a criação do comitê
237 e sobre onde ficou a comissão dos ameaçados de morte, pois não foi criada pelo CMDCA, visto
238 que não tem resolução instituição. Em resposta Fábio pediu a palavra para explicar melhor a
239 situação e diz que a Resolução nº 46 do CMCD institui o Comitê dando as competências, a
240 finalidade e o objeto e que na Resolução nº 47 foi feita a composição no comitê, bem como
241 de sua coordenação que ficou com o Fábio, como representante da defensoria, Dr. Renato
242 como vice-coordenador, como representante da associação médica, o Neediji e o Dr. Ricardo,
243 da UEL. A intenção é fazer a recomposição dessa coordenação até por já pensar na proposta
244 do Projeto de Lei 141, que foi apresentado ao executivo e agora está no CMCD para ser
245 deliberado. A intenção é uma coordenação colegiada, para que não fique apenas com uma
246 pessoa, até mesmo porque o comitê vem trabalhando dessa forma. Então nessa recomposição
247 traz o representante do Nucria, da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência e um
248 representante do Conselho Tutelar. Em resposta a Magali pergunta se não há nenhuma
249 representatividade do CMCD nessa composição. Fábio responde que o CMCD participaria
250 do Comitê, mas a coordenação não seria do CMCD. Em uma das resoluções ficou decidido
251 que o CMCD criaria o comitê, mas não teria a coordenação, visto que esta ficaria a cargo da
252 rede. Disse que José Wilson e mais uma pessoa do conselho (Leonice) estão representando o
253 CMCD neste Comitê. Magali diz que o comitê precisa estar trazendo respostas ao CMCD,
254 porque o comitê não está trazendo informações. Sobre a Comissão dos Ameaçados de Morte,
255 Fábio diz que foi criada em 2016, mas que, pelo que o comitê tem percebido, a questão da
256 violência abarca a temática dos ameaçados de morte. Assim ideia é que, no próprio comitê,
257 se crie uma comissão de adolescentes ameaçados de morte. Assim, a comissão dos
258 ameaçados de morte pesaria a fazer parte do comitê, para que fosse dada continuidade aos
259 trabalhos. O comitê irá formalizar essa e outras comissões e acha importante fazer uma
260 resolução para instituir cada uma dessas comissões para não perder o foco. Fábio disse que



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

261 isso será futuramente será apresentado ao CMCDCA. O nome da comissão dos ameaçados de
262 morte dentro do Comitê será Comissão de Prevenção e Enfretamento à Letalidade por
263 Violência Contra à Criança e ao Adolescente, sob a coordenação de Fábio Eiji Sato. Fábio diz
264 que irá fazer o descritivo dessa comissão, definindo seus objetivos e funções, e que depois
265 apresentará ao CMDCA. Sara pediu a palavra e disse que vem participado de algumas
266 discussões e diz que acha muito relevante a temática, mas que tem algumas dúvidas com
267 relação à forma como as comissões foram colocadas, bem como sobre suas competências.
268 Disse que, sobre o trabalho a ser realizado em rede, isso é indiscutível, pede esclarecimentos
269 sobre a competência de cada um, para que não aja sobreposição de ações. Diz ainda que não
270 ficou claro como será a interlocução do Comitê com o CMCDCA e as competências de cada um.
271 Ressalta ainda, sobre o próprio projeto de Lei 141/2020, que deixou muitas dúvidas, como,
272 por exemplo, no artigo 8º, parágrafo 1º, deveria ter deixado claro qual é o órgão responsável
273 para receber a denúncia. Márcio do Nucia pediu a palavra ressaltando dúvidas sobre o
274 projeto de lei e indagou quem encaminhou o projeto de lei? Em resposta Magali disse que não
275 sabia. O projeto foi escrito pelo comitê e passou por diversos órgãos dentro da prefeitura.
276 José Wilson, com a palavra, diz que o projeto de lei é mais geral, e que algumas especificidades
277 são regulamentadas posteriormente, pois assim, havendo mudanças nos fluxos das
278 secretarias, não é necessário mudar a lei. Fábio diz que quem encaminhou a lei para o CMCDCA
279 é quem deve aperfeiçoá-la, então se foi a prefeitura do município que encaminhou, deve ser
280 pedido à prefeitura para que a aperfeiçoe. Em explicação ao Projeto de Lei Fábio diz que foi
281 elaborado pelo comitê em parceria com diversas secretarias, tais como a de Assistência Social,
282 que teve como colaboradora a Diretora de Proteção Social Especial Josiane. Disse que alguns
283 acordos que foram feitos entre as secretarias e que seriam feitas portarias conjuntas entre as
284 secretarias para especificar algumas situações, até mesmo a escuta especializada. Por isso que
285 a lei traz de uma forma mais geral as diretrizes, mas não especifica, por exemplo, a central de
286 denúncias. Isso ainda não exista no município, mas pode ser que venha a existir, pois a própria
287 legislação traz a questão da formalização do centro integrado de denúncias. Com o intuito de
288 ter algo nesse sentido é que foi deixada a questão da central de denúncias no projeto. Como
289 foi realizado o projeto de lei: o Comitê apresentou a proposta para o prefeito que,
290 encaminhou para assistência, passou pela procuradoria e, após os trâmites burocráticos foi
291 encaminhado à Câmara dos Vereadores. Fábio ressaltava que ao Comitê não cabem mais
292 alterações, e que, se houver alguma alteração tem que ser feita via procuradoria do município
293 que é autor da proposta. Levantou-se um questionamento do porque a procuradoria
294 encaminhou o projeto para a câmara se ainda havia dúvidas? Magali ressaltava que deveria ser
295 mexido no projeto enquanto ainda estava em discussão e que agora terá que ser alterado o
296 projeto de lei na Câmara dos Vereadores. Outro questionamento no grupo do CMCDCA foi que,
297 durante a estruturação do projeto, a Josiane não concordava com alguns pontos então
298 questiona-se se o projeto foi encaminhado a ela para alterações, pois havia pontos que ela
299 não concordava. Fábio ressaltava que, em todo o tempo, durante a elaboração da proposta da
300 minuta, todos foram ouvidos, que o processo sempre foi muito democrático, que o projeto
301 foi encaminhado par todas as secretarias, e que, seria necessário buscar o representante da
302 Secretaria de Assistência para que se possa fazer os questionamentos e apontamentos.
303 Questiona-se ainda que o projeto passou muito rápido pela câmara, principalmente em um
304 ano com eleições municipais, então seria importante ver como esse projeto foi apresentado



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

305 a câmara, quem apresentou e por que foi levado sem sanar as devidas dúvidas. Magali
306 pondera que na data de hoje não será possível aprovar a resolução com tantas dúvidas. José
307 Wilson diz tem duas coisas: a primeira é com relação a comissão de legislação e que a consulta
308 feita pela câmara de vereadores ao CMCDCA é dizer se concordamos que o projeto está
309 legalmente instituído, se é pertinente e, a comissão de legislação, ao analisar a lei disse que é
310 favorável à aprovação. Foi o executivo que apresentou a lei, está prescrito dentro da lei
311 13.431, então a comissão de legislação apenas aponta que o projeto está dentro da legalidade
312 e pode ser dado continuidade. A Daniele pediu a palavra para ler uma pergunta da Samia do
313 chat que questiona se a comissão de legislação pode remeter o projeto para o autor para a
314 correção, visto que tem conselheiros em desacordo com a proposta. Em resposta José Wilson
315 diz que não, que a atribuição da comissão é só dizer se a proposta está dentro da legalidade
316 ou não. Disse que só quem pode propor alterações na lei neste momento é o município, que
317 é quem enviou a proposta, ou ainda, algum vereador. Em resposta Magali diz que ainda é um
318 projeto de lei e que não foi votado. Após José Wilson e Magali dizerem que foram tratados
319 dois assuntos (item 3 e 4) em uma mesma pauta a Daniele tomou a palavra ressalta que
320 realmente são dois assuntos, que um tem relação com outro, mas devem ser tratados
321 separadamente. Leonice, via chat, está dizendo que o que houve foi que Josiani não
322 concordou com alguns pontos da proposta do projeto de Lei 141/2020 e pediu para estudar o
323 projeto, trazendo alterações que foram efetuadas na reunião seguinte. O Luiz pediu a palavra
324 e disse realmente foi misturado dois assuntos, pois um está inserido dentro do outro e isso
325 acaba confundindo, mas de fato são dois assuntos diferentes e que um é a aprovação da lei
326 que vai estabelecer esse fluxo de proteção e o outro é o comitê que vai ser nomeado. Sobre
327 o assunto do projeto de lei, nas palavras do Luiz, José Wilson esclarece bem que o papel da
328 comissão é falar se os aspectos legais do projeto de lei são atendidos, mas pensa que há outro
329 aspecto que a comissão de legislação deveria se debruçar que é verificar se todos os pontos
330 que foram deliberados pelo CMDCA com relação aquele fluxo estão no projeto lei, porque na
331 verdade esse projeto de lei é cópia integral do fluxo que já havia sido aprovado por este
332 conselho. Para além do aspecto da legalidade é preciso verificar se houve alguma alteração
333 substancial quando da transformação do fluxo que era uma resolução em um projeto de lei
334 para que seja agora tramitado na câmara. Foi recebido esse projeto de lei por todas as
335 secretarias, inclusive aqui pela secretaria da assistência e todas vão se manifestar com relação
336 a esta tramitação. Por fim, o Luiz ressalta que gostaria de referendar algumas falas que estão
337 no chat que é o engessamento da matéria, essa legislação tem como anexo um fluxo e este
338 fluxo compõe a lei e qualquer necessidade de alteração desse fluxo seja para inclusão de novos
339 atores. Em resposta Magali ressalta que pelo horário e devido há muitas situações que ainda
340 precisam ser resolvidas pode ser que não dê para votar hoje. Em resposta Jose Wilson pede
341 para que seja votado pelo menos sobre a legalidade do projeto de lei em questão. Magali
342 retoma a palavra diz que devido ser perto do meio dia e por alguns conselheiros já terem se
343 retirado e pelo fato de outros precisarem sair, isto pode prejudicar o quórum para votação e
344 sugere ainda, que o assunto seja retomado na primeira reunião de 2021. Fábio pede a palavra
345 para esclarecer o questionamento da Samia no chat perguntando se teve resolução do CMCDCA
346 aprovando esse projeto de lei, então, Fábio diz que o Comitê trouxe essa proposta para
347 apresentar ao CMCDCA e dentro das deliberações ficou decidido pelo encaminhamento ao
348 executivo para o parecer da procuradoria jurídica do município e que depois isso viria ao



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 17 de Dezembro de 2020 –**

349 CMCDCA para análise. Disse que esse foi o encaminhamento quando foi trazida a proposta
350 dessa minuta para o CMCDCA, isso em agosto ou setembro. Em posse da palavra Daniele disse
351 que no chat a Luciana está propondo para que seja pedindo uma prorrogação de prazo para a
352 câmara para manifestação. Em seguida José Wilson se manifestou dizendo que a Comissão de
353 legislação não poderá propor nada em relação à lei, apenas dizer se segue as prerrogativas
354 legais ou não. Luiz pede a palavra para reiterar o que já havia dito de que a comissão de
355 legislação não vai analisar somente a legalidade estrita, ela também vai traçar um paralelo
356 com o fluxo já aprovado com a legislação do CMCDCA, então isso tem que constar no parecer
357 na comissão, de que foi feita a análise do projeto de lei e que ele guarda compatibilidade com
358 o fluxo que o CMDCA já aprovou. Magali retoma a palavra com o questionamento se todos
359 concordam para deixar para a próxima reunião. Foi levado a plenária para votação sobre a
360 prorrogação de prazo sobre o Projeto de Lei 141/2020 e indagado pela Daniele se alguém não
361 concorda, ficou decidido que o assunto ficará para a primeira reunião com apenas 1 voto
362 contrário. Sobre a Resolução propõe o José Wilson que seja votado, porém retirando o artigo
363 terceiro, o que alguns não concordaram, desta forma, aprova-se somente a recomposição do
364 Comitê e, posteriormente, será encaminhado pelo Fábio o detalhamento de cada comissão
365 dentro do Comitê para aprovação. Ao final foi votado em plenária a aprovação apenas a
366 alteração do artigo 1º da resolução, ao total votaram dos 13 conselheiros que se mantiveram
367 presentes na reunião, houve 10 votos favoráveis e 3 abstenções. **5. Manifestação ao Projeto**
368 **de Lei 141/2020 - Projeto de Lei que trata de proteção às Crianças vítimas e testemunhas de**
369 **violência:** a presente pauta foi discutida junto com o item 3. **6. Informes.** Aberta a
370 oportunidades para os informes, ninguém se manifestou. Encerrada a reunião, sem mais nada
371 constar, eu, Patricia Carvalho de Lima e Souza, lavrei a presente ata para apreciação pela
372 plenária.